

LEI Nº 3592/2015 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE, FIRMAR CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPORÉ-RS faz saber, em cumprimento ao disposto no artigo 57, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores de Guaporé aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder subvenção social à **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, CNPJ nº 88.674.130/0001-50, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no exercício de 2015, em 06 (seis) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, para fins de qualificação dos atendimentos prestados à comunidade, sendo que os recursos poderão ser viabilizados na manutenção do prédio, restauração de paredes, telhado e pintura, despesas de água, luz, telefone, produtos alimentícios, material de limpeza, higiene entre outros necessários à manutenção da entidade.

Art. 2º A APAE deverá prestar contas do recurso recebido no prazo e forma definidos no Termo de Convênio anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único: Compete ao Controle Interno do Município a análise da prestação de contas.

Art.3º As despesas desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0703 Departamento de Ensino - FUNDEB
0.005 - FUNDEB – Subvenção a Entidades Educacionais
3.3.50.43.00.00.00 Subvenções Sociais
RECURSO VINCULADO: 31 – FUNDEB

Art. 4º Fica o Município autorizado a celebrar Convênio com a APAE, que desde já fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 5º Como contrapartida ao recurso recebido, a APAE se compromete a prestar atendimento clínico e pedagógico para até 50 alunos da Rede Municipal de Ensino, no turno inverso ao atendimento regular de ensino.

Art. 6º A APAE deverá encaminhar, trimestralmente à Secretaria Municipal de Educação, relatório de atendimento clínico e pedagógico dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaporé, em 22 de abril de 2015.

Paulo Olvindo Mazutti
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Tarcia Masutti
Secretária da Administração
publicada no quadro de publicações da Prefeitura de Guaporé no período de 22-04 a 02-05-2015

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av.Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, inscrita no CNPJ sob nº 88.674.130/0001-50, com sede na Rua Agilberto Maia, nº 126, aqui representada por seu Presidente Sr.Firmino Ziglioli, portador do CPF n.º 007.692.230-87, doravante denominada simplesmente **APAE**, de conformidade com a Lei nº 3592/2015, de 22-04-2015 e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social à **APAE**, para fins de qualificação dos atendimentos prestados à comunidade, sendo que os recursos poderão ser viabilizados na manutenção do prédio, restauração de paredes, telhado e pintura, despesas de água, luz, telefone, produtos alimentícios, material de limpeza, higiene entre outros necessários à manutenção da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** repassará a **APAE** o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 06 parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada durante o exercício de 2015, as quais serão creditadas junto ao **BANRISUL**, Agência nº 0675, conta nº 04.004309-42.

PARÁGRAFO ÚNICO: As parcelas serão liberadas conforme consta no “caput” desta cláusula, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

1. quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da(s) parcela(s) anteriormente recebida(s), na forma do Termo de Convênio e/ou do Plano de Trabalho, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo Órgão ou entidade repassadora dos recursos;
2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;
3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por integrantes do respectivo Sistema de Controle Interno da Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA APAE

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;
 - b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em prestar atendimento clínico e pedagógico para até 50 alunos da Rede Municipal de Ensino, no turno inverso ao atendimento regular de ensino;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;
7. encaminhar, trimestralmente à Secretaria Municipal de Educação, relatório de atendimento clínico e pedagógico dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A APAE deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até **28-12-2015**, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;

5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos pela entidade beneficiada;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0703 Departamento de Ensino - FUNDEB
0.005 - FUNDEB – Subvenção a Entidades Educacionais
3.3.50.43.00.00.00 Subvenção Social
RECURSO VINCULADO: 31 – FUNDEB

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **30-11-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em 22 de abril de 2015.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Firmino Ziglioli
Presidente

Município de Guaporé
Paulo Olvindo Mazutti
Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº _____/_____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____

Prefeito Municipal

Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____ Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora Assinatura _____ Nome: _____ CPF nº _____					Responsável pela execução Assinatura: _____ Nome: _____ CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____ Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher)	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____ Nome: _____ CPF nº _____ Assinatura: _____		Responsável pela Execução: _____ Nome: _____ CPF nº _____ Assinatura: _____		

